

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRA - IHL  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**FRANCISCO LUCAS FERREIRA DA SILVA**

**COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE DE PALMÁCIA: A luta pela terra na fazenda  
Bú e a criação do assentamento “Novas Vidas”**

**REDENÇÃO – CE**

**2017**

**FRANCISCO LUCAS FERREIRA DA SILVA**

**COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE DE PALMÁCIA: A luta pela terra na fazenda  
Bú e a criação do assentamento “Novas Vidas”**

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ronald Apolinário de Lira

**REDENÇÃO – CE  
2017**

**FRANCISCO LUCAS FERREIRA DA SILVA**

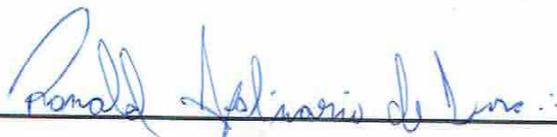
**COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE DE PALMÁCIA: A luta pela terra na fazenda  
Bú e a criação do assentamento "Novas Vidas"**

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Redenção, 14 de Dezembro de 2017.

Nota 9,0

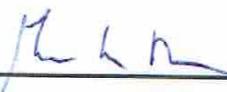
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Ronald Apolinario de Lira (Orientador)



Prof. Dr. Ruben Maciel Franklin (Examinador)



Prof. Dr. Sérgio Krieger Barreira (Examinador)

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a acima de tudo à Deus, que pela minha fé tenho como autor e princípio de todas as coisas. Agradeço também aos meus pais, que sempre me apoiaram nos meus estudos, fizeram e fazem o possível para me ajudarem nessa caminhada.

Agradeço ao senhor José Adilton do Nascimento, militante das Comunidades Eclesiais de Base, o qual pacientemente me ajudou na construção deste projeto, fornecendo informações em conversas que vou guardar sempre comigo. Suas histórias contribuíram de maneira fundamental para o entendimento da temática deste estudo.

Agradeço ao meu orientador Ronald Apolinário de Lira, que me direcionou à alguns caminhos teóricos de modo que eu pudesse desenvolver o projeto de forma coerente e consistente.

Agradeço a todos os meus amigos que me apoiaram e me incentivaram a trabalhar essa temática de estudo, a qual, pessoalmente falando, foi muito enriquecedora para minha formação.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
1.1.IGREJA: DE CONSERVADORA À PROGRESSISTA.....	08
1.2.CRISTIANISMO E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO.....	10
1.3.COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: UMA BREVE EXPLANAÇÃO...15	
<b>2. OBJETIVOS.....</b>	<b>20</b>
2.1.OBJETIVO GERAL.....	20
2.2.OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
<b>3. HIPÓTESES.....</b>	<b>20</b>
<b>4. JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>21</b>
<b>5. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>24</b>
<b>6. METODOLOGIA.....</b>	<b>28</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>30</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho busca entender o papel do movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) de Palmácia, na criação do assentamento “Novas Vidas” na cidade de Ocara. A partir da influência da Teologia da Libertação (TL), na época muito forte na América Latina, alguns setores<sup>1</sup> da Igreja se tornaram sensíveis às questões de cunho social. Face a um contexto de opressão e estigma que a camada mais pobre da sociedade vinha sofrendo, ocorreu trabalho de articulação empreendido por bispos, padres e leigos possibilitando uma conscientização e organização popular. No caso específico de Palmácia, as famílias expulsas da terra receberam apoio das CEBs, o que culminou com a reivindicação por um lugar para morar e posterior criação do assentamento.

As Comunidades Eclesiais de Base se constituíram como movimento a partir das décadas de sessenta e setenta do século XX. Partindo de um protagonismo popular, nessas comunidades, os indivíduos tinham espaço para pautar algumas questões sociais sob uma perspectiva do Evangelho, com um viés de análise marxista. O movimento foi muito atuante no Brasil, principalmente nos anos de Ditadura Militar. Surgiu como um dos produtos do Cristianismo da Libertação<sup>2</sup>, um movimento que se tornou comum na Igreja<sup>3</sup> latino americana na segunda metade do século passado. Moradia, saneamento, luta pela terra e outras questões eram e são temas das comunidades eclesiais de base, que embora tenham perdido força e espaço de atuação, ainda existem em algumas regiões do Brasil e com adesão considerável das pessoas. Como destaca Frei Betto

A partir da reflexão sobre os problemas do bairro, da família e do trabalho, elas ajudaram a criar ou recriar os movimentos populares autônomos (clubes de mães, movimento custo-de-vida, loteamentos clandestinos, grupos de teatro, defesa dos posseiros e seringueiros, luta pela causa indígena, etc.). (1985, p. 23)

O movimento das CEBs também esteve presente na região do Maciço de Baturité, e de certa forma ainda existe por meio de pessoas que defendem essa maneira de organização, não exatamente com o engajamento e expressividade que tivera outrora. Uma das maiores bandeiras do movimento na região foi a questão da luta pela terra. Desse processo de defesa dos trabalhadores e da garantia de amparo em suas causas, as CEBs legaram alguns

---

<sup>1</sup> Ao mencionar “setores da Igreja”, me refiro à membros do laicato, padres, religiosos e bispos, com uma postura “mais à esquerda”.

<sup>2</sup> Esse é um conceito criado por Michel Lowy para que denominar o movimento social/religioso que começou a se moldar no período anterior à Teologia da Libertação. Foi utilizado em sua obra: “A GUERRA DOS DEUSES: Religião e política na América Latina”. (LOWY, 2000, p. 56-57)

<sup>3</sup> Sempre que me referir à Igreja, estarei fazendo menção à Igreja Católica.

assentamentos que ainda existem atualmente. O assentamento “Novas Vidas”, da cidade de Ocara, foi um desses produtos das questões de terra entre os membros das Comunidades e fazendeiros.

A questão referida nesse trabalho começa a partir da cidade de Palmácia<sup>4</sup>, município com um total de 12.624 habitantes, com uma área de 117,814 km<sup>2</sup> e que faz parte da região do Maciço de Baturité. Por ser uma cidade pequena, do interior do Ceará, Palmácia sempre esteve bastante vinculada as atividades rurais, a exemplo da agricultura. Na história do município, temos que as primeiras ocupações foram realizadas pelos índios da etnia Baturité, que fugindo da seca se fixaram na área onde hoje se localiza a cidade, no entanto, com o fim da seca os índios retornaram para o seu local de origem, fazendo com que o processo de aglomeração populacional fosse postergado. Com isso, foi fundada aproximadamente em 1862, sendo que esse fato se desenrolou a partir da ocupação da sobra das sesmarias no Maciço de Baturité, que já estava acontecendo em décadas anteriores. A ocupação da região se deu a partir de dois ramos familiares (Queiroz e Sampaio), que chegaram na região através de burros e jumentos tropeiros e comboieiros que ao avançarem na serra encontravam trilhas feitas pelos índios. A utilização dessas trilhas se deu pelo fato de se possibilitar de maneira mais rápida a chegada na capital. Os tropeiros nomearam o local de Arraial da Palmeiras, primeiro nome do município. A medida que a cidade foi crescendo ocorreu a criação de um oratório por meio da articulação de Monsenhor Custódio de Almeida Sampaio, que mais tarde foi ampliado por Monsenhor Antônio Tabosa Braga, transformando em uma capela, em torno da qual foi se formando um conjunto de casas. A emancipação política ocorreu em 28 de agosto de 1957 pela lei nº 3.779, sancionada pelo então governador Paulo Sarasate Ferreira Lopes, retirando o status de distrito de Maranguape.

Até então a perspectiva de participação das pessoas na Igreja era basicamente nos terços e novenas de São Francisco de Assis, hoje padroeiro da paróquia. Em 1978, existiam apenas três capelas: uma localizada no distrito de Gado dos Ferros, na época chamado apenas de Gado; outra na localidade de Canadá, geograficamente pertencente à Redenção, mas paroquialmente pertencente à Palmácia; e por último, a Capela na Baixada, construída por um fazendeiro, o qual com a chegada do padre José Maria, proibiu que o sacerdote celebrasse missas no local, por haver um atrito entre os dois. O início do processo de organização das

---

<sup>4</sup> Todos os dados presentes nesse texto, referentes à Palmácia, foram extraídos do site do município. Disponível em:<<http://palmacia.ce.gov.br/>>. Acesso em: 05 de setembro de 2017. E também do site da Associação de Municípios do Estado do Ceará. Disponível em:< <http://aprece.org.br/blog/municipio/palmacia/>>. Acesso em 07 de setembro de 2017.

CEBs se deu a partir da chegada do padre José Maria Cavalcante Costa na cidade, no ano de 1979. O pároco contou com o apoio de duas irmãs canadenses, que estiveram junto dele no trabalho pastoral, do padre Moacir Cordeiro Leite, também dos bispos Dom Gerardo Nascimento e Dom Edmilson da Cruz e do cardeal Dom Aloísio Lorscheidder.

As pessoas começaram a realizar reuniões que não tinham um sentido unicamente religioso, mas sim com pautas políticas que tratavam de questões como a moradia, saúde e a terra. O trabalho começado pelo padre José Maria não acabou após a sua saída da paróquia em 1983, mas permaneceu por meio das pessoas que entraram para as CEBs. Um outro padre que incentivou o trabalho e lutas das Comunidades Eclesiais de Base em Palmácia foi o padre Djair Gomes Cavalcante (1986-1990), que na época da questão de terra na fazenda Bú, era o pároco da cidade.

A questão começa quando algumas pessoas da localidade de Canadá, começam a trabalhar na fazenda cortando lenha para vender. Alguns desses homens que começaram a trabalhar no local já tinham um certo contato com o movimento das CEBs a partir do trabalho realizado pelo padre José Maria e, ao observarem as condições de trabalho dos que habitavam por lá, começaram a incentivar essas pessoas a buscarem melhorias. Na entrevista com o senhor Adilton<sup>5</sup>, ele me narrou alguns desdobramentos do processo, a partir do que ele vivenciou e lembrava. Deu ênfase ao papel do padre em permanecer celebrando na localidade com o apoio das irmãs, mesmo depois do fazendeiro Francisco Holanda ter proibido, e também da presença das pessoas que se solidarizaram com a situação, a exemplo de uma procissão que eles realizaram, na qual caminharam da sede do município para a localidade com todos portando foices e enxadas e com o padre Djair na frente puxando um coro com as músicas das CEBs.

As pessoas que hoje vivem no assentamento “Novas Vidas”, são oriundas do município de Palmácia. Lá residem filhos, netos e também os líderes comunitários daquele povo, que contribuíram para a criação do assentamento. A criação do assentamento perpassa toda essa questão anterior que foi a expulsão dos trabalhadores e de suas famílias da fazenda e início da luta pela terra com o amparo das CEBs.

---

<sup>5</sup> A entrevista com o senhor Adilton, morador do município que participou do movimento das CEBs, foi realizada para um trabalho anterior, no qual, o entrevistado deu consentimento para a utilização de seu nome tanto naquela pesquisa, como em outras posteriores.

Partindo de todo esse contexto, de entraves e conquistas, a questão a ser analisada é: Como se deu o apoio e subsídio das CEBs e da Igreja local de Palmácia, à criação do assentamento “Novas Vidas” na cidade de Ocara?

Para que se entenda melhor a questão do papel das CEBs em diversas questões sociais, é necessário que se faça uma explanação acerca das causas e influências que levaram alguns setores da Igreja a adquirirem um caráter mais progressista, e algumas camadas sociais a desenvolverem uma religiosidade politicamente engajada.

### **1.1.IGREJA: DE CONSERVADORA À PROGRESSISTA**

Antes de qualquer exposição acerca do posicionamento e ação da Igreja Católica, é importante frisar que, seja temporal ou espacialmente, a instituição possui ações e posturas que variam de maneira consideravelmente significativa. A alternância entre uma postura muitas vezes reacionária à uma postura mais engajada socialmente, depende da situação em que se está inserida, compreendendo que “a ideia básica de análise institucional é que podemos compreender as mudanças nas instituições como uma tentativa de defender seus interesses e de expandir sua influência.” (MAINWARING, 2004, p. 17).

Historicamente, a Igreja enquanto instituição presente na sociedade, diversas vezes esteve bastante vinculada às elites. É possível elencar situações em que o clero estava associado às classes dominantes e lhe favoreceu de maneira considerável. Na Europa feudal, por exemplo, o clero gozava de inúmeros privilégios, enquanto os camponeses trabalhavam de maneira pesada para manter as regalias da nobreza e também de padres, enquanto tentavam ainda tirar o necessário para se manterem (BASCHET, 2006).

No Brasil, a religião católica “desembarca” com um claro objetivo: estender os domínios e influência da Igreja em terras desconhecidas através da conversão dos nativos. Percebe-se que a intenção é tirar vantagem da busca de portugueses e espanhóis por novos lugares para a ampliação de suas riquezas. Jesuítas e outras ordens religiosas vieram nos navios e ao se depararem com os povos originários, buscaram impor-lhes o catolicismo em detrimento de seus costumes tradicionais. A partir daí se desenvolve em nossa realidade, uma Igreja reprodutora da mesma perspectiva presente na Europa, no sentido de estar aliada aos setores mais abastados da sociedade.

A relação da Igreja com as camadas mais pobres sempre esteve bastante vinculada à caridade. Não existia nenhuma perspectiva de amparo social fora da caridade, reconhecida pela instituição como uma das três virtudes teológicas. Como aponta Cláudia Neves da Silva

[...]observamos que a assistência ao longo da história não apresentou um caráter sistemático e contínuo para a melhoria das condições de vida daqueles vivem na miséria, mas um caráter assistencialista, baseado em uma ajuda emergencial, fragmentada, autoritária e paternalista[...]. (2006, p. 348)

Em termos de realidade brasileira o domínio da Igreja junto a seus emissários nunca foi muito forte, como aconteceu na realidade espanhola. Aqui, muitos padres e religiosos acabaram por se casar, violando o princípio do celibato e para além disso, os seminários estavam carentes de jovens para seguir o caminho do sacerdócio e as ordens religiosas não poderiam mais admitir novos membros em função da proibição do Estado. Essa realidade esteve fortemente acentuada no século XIX, período e que se podia perceber por uma parte considerável de padres, uma falta de compromisso com a missão de evangelizar e ampliar o número de fiéis de Igreja. Em 1850, a realidade começa a mudar com o surgimento de um clero muito ligado ao Vaticano, pois no período em questão, quem ocupava o cargo de Sumo Pontífice era o papa Pio IX (1846-1878), que teve um pontificado muito envolvido com a questão de defesa da fé cristã e dos costumes tradicionais da Igreja. O clero recém-formado defendia, sobretudo, a obediência à hierarquia, o celibato e uso das vestes clericais, como forma de resguardar a moral da instituição e de seus membros. Toda essa postura levou a sérios desentendimentos entre os bispos e o imperador, que de um lado tinha a Igreja que queria uma maior autonomia no desenvolvimento de suas atividades pastorais, e do outro, Dom Pedro II que não estava disposto a ficar em condição de submissão ao clero. Todo esse processo culminou com a prisão de dois bispos no ano de 1874, o que gerou a separação oficial entre Igreja e Estado, fato este registrado na Constituição de 1891.<sup>6</sup>

Todo esse cenário permitiu que a Igreja se reorganizasse internamente, podendo reverter, por exemplo, a ausência de novas vocações religiosas, com o amparo de um clero estrangeiro. A partir de 1916, surge no Brasil o modelo de Neocristandade<sup>7</sup>, muito defendido por Dom Sebastião Leme, inicialmente arcebispo de Diocese de Olinda-Recife. Segundo Mainwaring (2004, p. 43)

---

<sup>6</sup> Todas as informações contidas nesse parágrafo foram retiradas do livro "Igreja Católica e política no Brasil" de Scott Mainwaring.

<sup>7</sup> Este de modelo estava intimamente ligado a uma perspectiva conservadora, com uma clara defesa da hierarquia, da moral, da secularização e ainda com uma forte negligência das religiões. (MAINWARING, 2004)

Insistindo em um catolicismo mais vigoroso e que se imiscuísse nas principais instituições e nos governos, as atitudes práticas das pastorais de neocristandade se diferenciavam das anteriores [...] sendo os interesses indispensáveis da Igreja: a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo. Através do modelo de neocristandade, a Igreja revitalizou sua presença na sociedade.

O modelo de neocristandade contou com um forte apoio do Vaticano, principalmente porque o pensamento de Dom Sebastião era muito parecido com o pensamento de Pio XI (1922-1939). Até aqui foi possível observar um caráter fortemente conservador, quando não reacionário, por parte da Igreja, de modo que ela permaneceu assim até pouco mais que a metade do século XX.

Acerca do envolvimento na política, a concepção eclesial desse período sempre era muito pautada na busca de privilégios frente ao Estado, prova disso é que Dom Sebastião Leme, já como cardeal, estreitou laços com Getúlio Vargas, obtendo a possibilidade de opinar sempre que possível em qualquer assunto que ele considerava pertinente à Igreja. É importante refletir acerca dessa linha de pensamento da Igreja, da primeira metade do século passado, para entendermos como se deram as mudanças internas na instituição com o avançar da linha progressista. A questão do engajamento em determinada causa social ou apoio à alguma reivindicação das classes populares que veio a surgir na posteridade, não se deu de maneira aleatória e era nitidamente longe de ser consensual. Como afirma Michel Löwy (2000, p. 65) “a Igreja latino-americana deixou de se apresentar como uma corporação homogênea. De um país ao outro podemos encontrar orientações não só diferentes como as vezes totalmente opostas [...]”.

A partir da década de 50 as mudanças começaram a se tornar irreversíveis, sendo que alguns membros do clero começaram a perceber que era necessário que fosse lançada uma nova perspectiva acerca do trabalho a ser desenvolvido. Como já foi mencionado anteriormente, a Igreja sempre possuiu algumas divergências internas. Como ressalta Mainwaring (2004, p. 52) “a Igreja brasileira sempre foi um tanto heterogênea e, através de sua história, muitos líderes acreditaram que a Igreja devesse renunciar aos privilégios e alinhar-se aos pobres”, sendo que foi, em partes, sob esse novo olhar que algumas transformações, embora não tão fortes, começaram a ser empreendidas.

As tentativas de conter o avanço do protestantismo e do espiritismo começaram a se tornar ineficientes, pois embora uma grande parte da população se denominasse católica, acabava por ser praticante de uma outra religião. Para além do avanço de outras religiões, crescia também a organização popular no campo e na cidade. O avanço dos movimentos

populares começou a transformar a visão de alguns membros da Igreja, que a partir desse contexto, fazem uma leitura do Evangelho sob uma ótica social e um pouco mais próxima das necessidades das pessoas de camadas mais pobres.

Como aponta Souza (2004, p. 79) “em 1952, por iniciativa de D. Helder Câmara, nesse momento bispo auxiliar do Rio de Janeiro, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da qual ele seria o animador e primeiro Secretário Geral”. Com essa atitude de Dom Helder, a Igreja no Brasil adquire uma certa autonomia, por agora possuir uma espécie de núcleo central que lhe permitia promover ações mais pontuais e pertinentes a realidade do país.

No ano de 1962 tem início o Concílio Vaticano II sob a orientação do papa João XXIII. Esse novo papa tinha uma postura diferente de seus predecessores, com um olhar voltado mais para a relação da Igreja com o mundo moderno e com uma sensibilidade mais acentuada as questões de justiça social. Em seu pontificado ele lança duas encíclicas que modificaram a pensamento católico vigente: *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963). Juntos, os dois documentos refletiam de modo singular a respeito da modernidade e o papel da Igreja no contexto de um mundo em constantes transformações. O Concílio Vaticano II poderia não ter se desenvolvido da forma que é percebido hoje, pois reuniu na maior parte do tempo homens, e também muitos destes reunidos eram fortemente conservadores. O fato é que mesmo nesse cenário, o Concílio teve um eco significativo para o contexto latino-americano, causando transformações de fato significativas, principalmente na Igreja do Brasil.

## 1.2. CRISTIANISMO E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: DA PRÁTICA À TEORIA

Todas as questões referentes ao desenvolvimento da hierarquia, de suas mudanças de perspectivas e posturas frente ao mundo moderno, são de fato importantes para pensarmos a temática deste estudo, no entanto, elas não explicam tudo. É importante destacar no cenário de transformações em nosso país, também os aspectos referentes aos movimentos da sociedade em suas múltiplas expressões. Todo esse conjunto de ações e construções na década de 50 e 60 podem ser denominados Cristianismo de Libertação, um termo criado por Michel Löwy para denominar o “vasto movimento social” que “envolveu setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã, redes pastorais com base popular[...])” (LOWY, 2000, p. 56).

Para se entender a questão do contexto de mudanças é preciso analisar a conjuntura internacional da época. O mundo pós-guerra vivia sob o cenário da Guerra Fria. Com a Europa buscando se recuperar após o conflito, surgem duas superpotências no cenário global: Estados Unidos da América (EUA), comandando o bloco capitalista; e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), comandando o bloco comunista. Ambos buscavam ampliar seus sistema político-ideológico para os demais países do mundo, de modo a garantir sua hegemonia. Nesse ambiente, em 1959 temos a tomada de poder por Fidel Castro e outros guerrilheiros, proclamando a Revolução Cubana, que em maior ou menor grau, semeou um ideal de liberdade e emancipação para os segmentos oprimidos dos demais países da América Latina.

Todo esse processo contribuiu de forma significativa para tornar as classes populares mais motivadas a se organizarem. O contexto interno do Brasil era de grande descontentamento com as elites, ao passo que havia uma forte repressão por parte dos donos de terra em relação aos trabalhadores rurais.

Um movimento que iria contribuir bastante para transformar a situação do país seria a Ação Católica Brasileira (ACB)<sup>8</sup>. Inicialmente, essa organização fora criada para defender a doutrina católica no país e “arregimentar” a juventude cristã contra o mundo secular e as influências comunistas. Nesse sentido percebemos o caráter conservantista presente no grupo. Partindo da perspectiva da ACB, começaram a ser formados grupos em todas as esferas sociais, com divisão de homens e mulheres, o que deu origem ao grupo Homens da Ação Católica (HAC), também ao grupo da Liga Feminina da Ação Católica (LFAC), dentre outros grupos. Em 1950 começaria a surgir uma Ação Católica Especializada (ACE), gerando uma organização a partir dos “meios” de vida, fazendo emergir a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Essa transformação também sofreu uma forte influência da recém-formada CNBB, pois, tendo dom Hélder Câmara como secretário-geral, o qual também já fora membro da AC, ambas as organizações começaram a estreitar laços de modo a mudar a orientação da ACB, que agora, possuía um órgão nacional ao qual estava sujeito. Partindo dessas transformações, já não mais se pautava somente a questão da doutrina, mas, esses grupos começaram a sofrer influências do contexto latino americano e da situação de miséria presente no continente, de modo que houve uma reorientação nas diretrizes de ação de cada grupo, principalmente na JUC. É nesse sentido que

---

<sup>8</sup> Esse movimento foi fundado em 1935, por Dom Sebastião Leme. Possuía um caráter fundamentalmente conservador e preservação das estruturas e ideais católicos. (MAINWARING, 2004)

A Juventude Universitária Católica (JUC), entre 1959 e 1965, lançou a ideia de procurar um “ideal histórico” para o Brasil (1960), participando intensamente da política universitária e fornecendo quadros dinâmicos para a educação popular. [...] A partir da JUC, e já como um movimento não ligado à Igreja, surgiu, em 1962, com a presença de cristãos e não-cristãos, a Ação Popular, grupo político de orientação socialista democrática [...]. (SOUZA, 2004, P.78-79).

Se formava então, sob esse contexto, agrupamentos cristãos com um forte caráter de engajamento social e político, de modo a se estabelecer uma nova postura, oposta a abraçada pela Igreja até a metade do século XX. Mainwaring discorre muito bem sobre isso ao apontar que

Em 1960, a JUC estava ativamente envolvida com a esquerda brasileira. Os católicos progressistas se inseriam no mesmo contexto histórico que o restante da esquerda e, apesar de suas duras críticas aos grupos leninistas, mantinham-se em constante contato com as organizações de esquerda e por elas eram influenciadas. Os católicos exerceram influência sobre o movimento estudantil e sobre vários movimentos pela educação e culturas populares. Também foram importantes na organização dos camponeses e algumas associações de bairro. (2004, p. 84).

O forte engajamento da JUC começou a atrair os olhares do clero conservador, que logo formou uma junta de oposição ao movimento e suas posturas “politicamente indesejáveis”. Em 1961 é publicado um documento episcopal contrário a JUC e sua postura de defesa do socialismo como solução para os problemas sociais. Após o fim do movimento, muitos dos membros migram para outras agremiações políticas, como a Ação Popular e o Movimento de Educação de Base (MEB), por exemplo.

A efervescência dos movimentos sociais no contexto interno brasileiro, fez com que as elites sociais, associadas aos setores reacionários da Igreja Católica, apoiassem os militares no Golpe de 1964. Esse acontecimento daria início a um período de duras perseguições e assassinatos aos opositores do regime, durante os próximos vinte anos. O clero teve um papel fundamental em organizar as pessoas para a legitimação do ato dos militares, de modo que a retórica defendida era a de que aquela ação era necessária para proteger a família, os bons costumes e conter o avanço do “perigo vermelho”.

O Golpe Militar de 1964, fez com que muitos grupos ligados a esquerda se tornassem clandestinos, de modo que o discurso vigente era o de manter a “ordem” e deter todos aqueles que de algum modo apresentassem características “subversivas”. A Igreja, embora tendo apoiado o golpe, destacou a importância de se manter a busca por garantir os direitos humanos e a justiça social. O que se assiste em nossa realidade é exatamente o oposto. A medida que os anos vão avançando, a CNBB começa a mudar seu discurso de apoio expressivo ao Regime Militar e passa gradualmente a compor a oposição. Com o fim da possibilidade de

organização popular, a Igreja se apresentou como a única instituição a gozar de uma certa autonomia, o que lhe permitiu resistir, em maior ou menor grau, às investidas do regime.

Vale lembrar que justamente no período que se inicia o governo militar, ainda está em curso o Concílio Vaticano II. Somado a esse marco, está a realização das Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979)<sup>9</sup> que acontecem anos mais tarde, de modo a reorientar a ação pastoral à luz do Concílio.

É significativo que a reunião de Medellín ocorreu no mesmo ano de 1968 e três anos depois do concílio. Nela foi indicado o pobre como ator central na vida da Igreja e da sociedade, foram denunciadas as estruturas de desigualdade social (pecado social) e foi anunciado um horizonte futuro de libertação, no seu sentido mais amplo e integral. A reunião seguinte de Puebla, dez anos depois, confirmou Medellín e afirmou novamente a “opção preferencial pelos pobres”[...]. (SOUZA, 2004, p. 82-83).

A CNBB, embora lançasse uma certa crítica ao regime, permanecia cautelosa quanto a sua postura. Durante um certo tempo, os cargos principais foram ocupados por membros do clero mais sensíveis as causas sociais, porém, a partir do 1964 uma onda conservadora atingiu a instituição, de modo que agora não mais se pautavam as questões como anteriormente. Mesmo com o apoio do conselho Episcopal Latino Americano (CELAM) e também do Vaticano, na questão da defesa dos direitos humanos, o núcleo de organização continuava a emitir documentos de caráter puramente abstrato.

Mesmo nesse cenário de não abertura aos problemas sociais, por parte da cúpula da CNBB, muitas dioceses e paróquias de maneira pontual, estavam muito preocupadas com a conjuntura política do país, e prestaram auxílio de modo significativo aos trabalhadores e demais classes oprimidas. Na vanguarda desse movimento estão as regiões do Nordeste e Norte. É nesse sentido que se observa que

Por volta de 1973, os bispos do Amazonas e do Nordeste eram os mais progressistas do país. Embora outros fatores tenham contribuído para a evolução da Igreja amazonense, o mais significativo foi a rápida transformação do capitalismo após 1964, que desencadeou muita violência contra os camponeses e impulsionou a Igreja a intensificar o seu compromisso para com os pobres. (MAINWARING, 2004, p.106)

Esse avanço do capital atingiu principalmente as populações tradicionais e a classe trabalhadora, de modo que muitos povos indígenas viram sua forma de organização ameaçada,

---

<sup>9</sup> Essas conferências congregaram uma parte do clero latino-americano para que fossem debatidas ações a partir do que fora discutido no Concílio Vaticano II. Daí resultou uma postura do episcopado de uma “Igreja pobre e para os pobres”. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/10681/5854> Acesso em 05 de novembro de 2017.

bem como trabalhadores foram vítimas de ações totalmente arbitrárias dos latifundiários, que estavam interessados cada vez mais no lucro e na ampliação de suas riquezas.

Assim o governo militar realizou os objetivos de sua política agrária, promovendo a modernização tecnológica no campo sem mexer na estrutura fundiária, valorizando as terras apropriadas pela burguesia agrária e criando uma reserva de força de trabalho. Por fim, com os projetos de colonização, transferiu parte da população expropriada para a Amazônia. (FERNANDES, 2012, p.6)

De modo semelhante, observa-se no Nordeste um quadro de expropriação de terras e de exploração dos trabalhadores rurais, que não tendo mais meios de se articularem, receberam apoio de algumas paróquias e dioceses, no intuito de terem possibilidade de organização e direito de fala. A Igreja nordestina desponta como uma das mais progressistas do país, no sentido de criticar tanto a tortura, como o método de desenvolvimento empreendido pelos militares. Como aponta Lowy (2000, p.145) “ os bispos e líderes de várias ordens religiosas no Nordeste e no Centro-Oeste do Brasil, publicaram duas declarações que não só denunciavam a ditadura, mas também aquilo que chamavam de ‘a raiz do mal’: o capitalismo”, e é nesse sentido que “[...] a Igreja foi acusada, pelo alto escalão do Exército, de ser subversiva e inspirada pelo marxismo – bem como utópica, feudal e atrasada, devido a sua oposição à ‘modernização’ e ao ‘progresso’ (capitalista) ”.

Surge, a partir da década de 70, um núcleo de teólogos, principalmente de ordens religiosas, mas não somente, preocupados com a questão social, desenvolvendo sua análise de uma perspectiva mais acadêmica, sustentando a dinâmica da crítica e oposição a situação de opressão e exploração imposto pelos militares e a elite do capital.

Em março de 1970, é realizado, em Bogotá, o primeiro Congresso da Teologia da Libertação. Nos anos seguintes, Gutierrez publica o livro *Teologia da Libertação*, Hugo Assmann publica *Opressão - Liberación: desafío de los Cristianos* e Leonardo Boff publica *Jesus Cristo Libertador*. No Brasil, além de Leonardo Boff, Clodovis Boff, Frei Betto, João Batista Libânio e Carlos Mesters ganham destaque. (MENEZES NETO, 2007, 332-333)

Essa nova teologia, como aponta Lowy (2000, p.56) concordando com Leonardo Boff, “é ao mesmo tempo, reflexo de *práxis* anterior e uma reflexão sobre essa *práxis*”. O que o autor quer dizer, é que a TL é, nada mais nada menos, do que o produto de toda a organização popular e social que já vinha se seguindo em nossa sociedade, desde as décadas de 50 e 60, as quais já expus a respeito. O Cristianismo de Libertação influencia diretamente na construção dessa nova teologia latino-americana.

A TL, mescla marxismo e cristianismo, numa perspectiva nova. Os movimentos anteriores já vinham realizando essa experiência, caminhavam todos para a emancipação social,

por meio da crítica do capitalismo. A TL então sistematiza essas experiências por meio de um estudo teórico. É comum perceber entre os teólogos da libertação, uma crítica do capitalismo como pecado *estrutural*, uma visão acerca de algumas passagens bíblicas em um viés social e também, como nos setores progressistas da Igreja, uma opção preferencial pelos pobres e sua luta por autolibertação.

Um dos movimentos, o qual a TL se inspirou bastante, foi o das Comunidades Eclesiais de Base.

### 1.3. COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: UMA BREVE EXPLANAÇÃO

Até então, a explanação se seguiu no sentido de fazer um balanço da Igreja institucional e sua trajetória no cenário brasileiro, em termos de transição, de uma perspectiva fundamentalmente conservadora, para uma postura mais crítica e progressista no que concerne aos problemas sociais. Para além disso, foi apresentado também o fato de que não foi somente o clero que atuou nas lutas sociais, de modo que os movimentos populares, cristãos e não-cristãos, estiveram presentes no seio social, percebendo-se que esses grupos já estavam em atividade anos antes dos bispos e padres. Um dos movimentos que atuaram fortemente na defesa dos direitos humanos e nas lutas por garantias sociais, foi o das CEBs.

Primeiramente, há uma forte controvérsia no que diz respeito a origem das CEBs e até onde sua atuação social foi de fato expressiva.

A gênese e perfis das CEBs, suas formas de organização, militância política e orientação teológica são os temas mais abordados nessa infinidade de estudos sobre esse modelo de organização da Igreja Católica. As conclusões, inevitavelmente, são altamente diversificadas, tendo em vista as diferentes tonalidades e enfoques adotados nas pesquisas. (SCHIAVO, 2009, p. 1).

Nessa perspectiva, podemos perceber que há um campo a ser vislumbrado a partir da reflexão sobre as comunidades eclesiais de base. A criação das CEBs, é tida tanto para militantes como para alguns estudiosos, como um marco de transformação e mudança, em certa medida, da Igreja no Brasil. Como aponta Löwy (2000, p. 82) “com relação a Igreja institucional, a grande mudança que ocorreu a partir da década de 60 foi o surgimento da Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs”. Mas antes de qualquer coisa é importante se perguntar: o são as CEBs? Quais são suas características e/ou marcadores que as singularizam como movimento religioso e social? Tomemos algumas definições para pensar a temática.

As comunidades eclesiais de base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) e da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. [...] São *comunidades*, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem a mesma Igreja e moram na mesma região. [...] São *eclesiais*, porque congregadas a uma Igreja,

como núcleos básicos de comunidades de fé. São de *base*, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens[...]”. (BETTO, 1985, p. 16-17).

Mainwaring (2004, p.127) acrescenta que uma CEB “ é um grupo pequeno (com um média de 15 a 25 participantes) que geralmente se reúne uma vez por semana, usualmente para discutir a Bíblia e sua relevância face as questões contemporâneas”. Nesse sentido, podemos apontar que um dos aspectos definidores é que são agrupamentos de pessoas que possuem um tipo de laço de companheirismo, face a uma situação que os une, que pode ser a opressão e a busca por justiça e transformação social. As comunidades eclesiais de base surgem como uma experiência totalmente nova dentro da Igreja, apontando para um protagonismo dos leigos e para uma espiritualidade socialmente engajada.

As CEBs surgem como uma das expressões do CL, e se espalham como experiência por todo o país. Alguns setores do clero, embora não fossem muito simpáticos a forma de organização das comunidades, acolheram de modo que se permitisse a realização das atividades. Outra categoria de membros da Igreja, como padres e bispos, incentivou significativamente a postura das CEBs frente aos problemas sociais, pois nelas, se discutiam diversas questões referentes à sociedade

Nas CEBs brasileiras, por exemplo – e entre agentes pastorais, consultores leigos, teólogos e bispos que cooperam com elas – é possível encontrar uma profunda desconfiança dos chamados “megaprojetos de desenvolvimento” baseados a tecnologia moderna. [...]Os projetos preferidos pelas CEBs são empreendimentos de cooperativas locais, com técnicas tradicionais ou semimodernas, empregando pouco capital e muita mão-de-obra. (LÖWY, 2000, p. 105).

Nesse contexto podemos perceber como se constrói o trabalho de base das CEBs. Há uma dinâmica que segue enraizada no cotidiano das famílias carentes, dos trabalhadores, das lavadeiras, e dos demais seguimentos sociais que tinham sua dignidade ameaçada em função de relações de trabalho abusivas ou de pobreza extrema.

Na experiência das CEBs, preza-se muito pela ação pastoral incentivadora, “por isso exige-se que o agente pastoral esteja vinculado ao povo, comungando a sua vida para no espaço eclesial entender melhor sua palavra”. (BETTO, 1985, p.18). Fundamenta-se a necessidade da construção de um diálogo mais coerente com a situação vivida pelas classes menos favorecidas.

Dentro da proposta das CEBs não deve haver espaço para o individualismo, a dinâmica proposta é sempre de cooperação para a solução dos problemas em um caráter comunitário, no qual há a participação dos membros das comunidades, opinando e colaborando para que se encontre uma solução prática e eficaz.

Para os teólogos da libertação e os agentes de pastorais que trabalham com as comunidades de base, um dos aspectos mais negativos da modernidade urbana/industrial na América Latina – de um ponto de vista social e ético - é a destruição dos elos comunitários tradicionais: populações inteiras estão sendo desarraigadas de seu ambiente rural e comunitário [...]. (LÖWY, 2000, p.100).

Em sua proposta original, as CEBs não tinham um sentido de engajamento político tão presente, mas sim uma perspectiva de animação comunitária e protagonismo dos leigos, fruto da ausência de padres para conduzir as comunidades.

Até Medellín, as mais importantes inovações das CEBs relacionavam-se mais com a missão religiosa em seu sentido estrito – desenvolver maior participação dos leigos, desenvolver maior senso comunitário, modificar as relações entre os agentes de pastorais e o povo – do que com política. Entretanto, poucos anos depois de Medellín, as CEBs se tornariam mais políticas. (MAINWARING, 2004, p. 129).

Essa politização dos leigos seria determinante para as ações de oposição aos grandes proprietários de terra. A perspectiva sobre a pobreza já não era mais pensada da forma anterior, como algo naturalizado, mas havia um olhar de responsabilização do sistema, visto como opressor e excludente, como o grande responsável pelas mazelas enfrentadas pelos mais pobres.

Um dos meios encontrados para se fortalecer e consolidar as CEBs foi a realização dos Intereclesiais<sup>10</sup>. O primeiro aconteceu em Vitória (ES), e contou com uma participação significativa no qual foram discutidas questões acerca da presença da Igreja e seu papel de libertação dos pobres e a valorização da cultura e religião popular.

O local onde ocorreu grande força de organização das CEBs em sua gênese foi o campo. É justamente na realidade do campo que há um vínculo maior entre as pessoas, onde “todo mundo conhece todo mundo” e também havia uma realidade muito clara de exploração dos trabalhadores pelos latifundiários

É na zona rural que as comunidades de base mais proliferam. O homem do campo – pequeno agricultor, boia-fria, assalariado rural – encontra na Igreja o seu principal referencial ideológico. Ao contrário do operário urbano, sua cultura está impregnada de religiosidade. [...] No caso brasileiro, os camponeses, desprovidos de apoio oficial, sem condições de obter crédito bancário, vítimas dos intermediários que pagam pouco pelo produto que depois revendem caro, não tem como se defender senão através do sindicato rural e das comunidades de base. (BETTO, 1985, p. 26-27).

---

<sup>10</sup> Os intereclesiais são encontros realizados a nível nacional, que congrega membros das CEBs de todo o Brasil, religiosos e membros do clero. Nesses encontros há uma animação e reflexão acerca de uma temática que é discutida pelos delegados, com o intuito de se avaliar as ações realizadas e estabelecer encaminhamentos futuros. Todas as informações referentes aos Intereclesiais das CEBs presentes nesse trabalho estão disponíveis em: <http://www.cebsdobrasil.com.br/intereclesiais/>, acesso em 27 de outubro de 2017.

Essa fala de frei Betto nos leva a entender o caráter de organização das CEBs e seu papel junto às pessoas, no sentido de ser um local de abertura para a fala daqueles que até então não possuíam a possibilidade de discussão dos seus problemas e que não vislumbravam qualquer caminho de mudança.

Todo esse contexto exposto, bem como essa série de acontecimentos, é importante para percebermos como a questão de terra na fazenda Bú em Palmácia, não se encontra isolada e como exceção, mas se trata de uma consequência do que foi vivenciado na época, pensando por exemplo a linha de orientação de parte da Igreja, o governo vigente e também a realidade social em que estavam inseridos.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. OBJETIVO GERAL**

- Compreender o papel das Comunidades Eclesiais de Base na luta pela terra na Fazenda Bú na cidade de Palmácia, que culminou com a posterior criação do assentamento “Novas Vidas” na cidade de Ocara.

### **2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Entender os arranjos e desarranjos do processo de criação do assentamento “Novas Vidas” da cidade de Ocara, a partir da articulação e protagonismo das comunidades eclesiais de base na luta pela terra.

- Conhecer os principais agentes e órgãos da Igreja envolvidos no processo de luta e criação do assentamento.

- Fazer um resgate histórico do movimento na história do município de Palmácia.

## **3. HIPÓTESES**

- A falta de interesse e diálogo com o dono da terra foi o motivo das famílias não terem sido assentadas no município de Palmácia, local de onde saíram e também onde se deu o processo de conflito com o fazendeiro, ocasionando a criação do assentamento na cidade de Ocara.

- A ausência de amparo de órgãos estatais que trabalhassem nesse sentido de ajudar famílias expulsas da terra, levou estas últimas a buscarem auxílio da Igreja, na época, bastante voltada para algumas questões sociais.

#### 4. JUSTIFICATIVA

O fenômeno religioso é um elemento significativo na história humana. No Brasil a religião fez e ainda faz parte do cenário social e afeta direta ou indiretamente a vida das pessoas. Desde os primeiros censos que apontaram índices sobre a quantidade de membros seguidores de determinada crença religiosa, o cenário religioso de nosso país se alterou. O censo de 2010<sup>11</sup>, no entanto, aponta que a parcela dos brasileiros que se denomina católica ainda é majoritária no país, com um quantitativo de 64,6% da população. É importante destacar que a religião católica no Brasil tem um caráter de expressão múltiplo, podendo ter a faceta do caráter tradicional, também o aspecto devocional e ainda dos movimentos mais recente como a Renovação Carismática e as próprias Comunidades Eclesiais de Base.

A ideia desse trabalho surgiu a partir de uma outra pesquisa realizada para uma disciplina, “Oficina de Metodologia I”, do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração da Lusofonia Afro Brasileira, em que a temática enfocava atuação das Comunidades Eclesiais de Base na cidade de Palmácia. A partir de algumas entrevistas, surgiu um relato acerca da história de luta do movimento em prol de algumas famílias que haviam sido expulsas de uma fazenda, em uma localidade do município. A questão é que o assentamento em que elas e seus descendentes hoje residem se localiza na cidade de Ocara e não em Palmácia. Segundo relatos, as CEBs foram muito importantes no processo, no sentido de auxiliar as famílias e colaborar para a resolução do problema.

A busca por compreender esse dinamismo permite perceber a maneira como o catolicismo, em determinado período e sob um contexto social específico, foi capaz de mobilizar, articular e até mesmo politizar leigos, sendo que essa situação é extensiva à membros de setores mais altos na hierarquia da Igreja Católica. Como salienta Mainwaring (1989, p. 28)

As primeiras comunidades de base, as primeiras discussões sobre pedagogia entre as classes populares, o trabalho pioneiro com os índios e a maior parte das outras transformações de importância na Igreja brasileira tiveram início nas bases. Além disso foram as ações e posições desenvolvidas por grupos leigos e pelos agentes pastorais nas bases que, de modo geral, após o golpe de 1964, motivaram a repressão contra a Igreja.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <

[https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag\\_203\\_Religi%C3%A3o\\_Evang\\_miss%C3%A3o\\_Evang\\_pentecostal\\_Evang\\_nao%20determinada\\_Diversidade%20cultural.pdf](https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag_203_Religi%C3%A3o_Evang_miss%C3%A3o_Evang_pentecostal_Evang_nao%20determinada_Diversidade%20cultural.pdf)>. Acesso em 08 de setembro de 2017.

Ao se analisar o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base, percebe-se um forte engajamento social dos membros que compõem o movimento, sendo que esse comprometimento se dá na forma de luta por direitos e garantias que visam promover uma vivência com maior dignidade para as pessoas das classes menos assistidas pelo poder público. Michel Löwy em seu livro, *Guerra dos Deuses: Religião e política na América Latina*, no capítulo 2, intitulado *O Cristianismo da Libertação na América Latina*, vem falar que

A experiência das CEBs, graças a seu forte componente democrático, contribuiu muitas vezes para dar uma qualidade nova aos movimentos sociais e políticos que alimentou: com raízes no cotidiano do povo e em suas preocupações humildes e concretas, ela encorajou a auto-organização das bases e uma desconfiança da manipulação política, da retórica eleitoral e do paternalismo estatal. (LÖWY, 2000, p. 85)

Nesse sentido percebe-se a importância do movimento, no contexto brasileiro, na organização das bases, na defesa dos direitos humanos e nas conquistas de determinadas garantias sociais.

Partindo dessa perspectiva, entender a dinâmica do processo de luta pela terra e consequente criação do assentamento “Novas Vidas”, se faz necessário para compreendermos melhor os fatores que influenciaram alguns setores da Igreja a ter um papel de grande contribuição na história de conquistas sociais no cenário brasileiro, nesse caso específico, na garantia da terra para as famílias despejadas

A atuação dessa instituição em causas sociais se dá em uma determinada situação e a partir desse caso da luta pela terra na fazenda Bú será possível entender porque a Igreja, e não um movimento social sem cunho religioso ou uma organização política de esquerda, esteve à frente desse processo. É possível analisar a questão tanto numa perspectiva religiosa, como no plano prático das ações concretas, pois, como argumenta Löwy (2000, p. 62) “conceito tais como “trabalho pastoral” ou “libertação” têm um significado que é tanto religioso quanto político, tanto espiritual quanto material, tanto cristão como social”. Para além dessa situação, será possível também compreender as razões que levaram o assentamento a ser criado no município de Ocara e não de Palmácia.

A questão da luta pela terra é um assunto que, historicamente, tem rendido grandes conflitos entre fazendeiros e pessoas de diversos segmentos. De um lado estão aqueles que buscam a ampliação de suas riquezas, por meio da concentração de terras e exploração de mão-de-obra barata. Do outro lado estão aqueles que buscam ter um local para morar, do qual possam desenvolver seu estilo de vida de forma irrestrita. Nesse cenário, é importante trazer a fala de

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em seu artigo *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*, quando ele aponta que

[...] a concentração da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser compreendida como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, ela é parte constitutiva do capitalismo que aqui se desenvolve. Um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso. (OLIVEIRA, 2001, p.185)

Como podemos perceber, a questão da concentração de terra é parte estrutural da dinâmica capitalista e ainda, que as tentativas de inversão dessa lógica implicam consequências negativas aos trabalhadores sem muito poder aquisitivo. Entender o papel da Igreja, especificamente das CEBs, nesse aspecto, é importante para refletirmos sobre a maneira como a articulação popular pode trazer transformações para a sociedade.

Atualmente a questão de luta pela terra ainda é uma pauta muito discutida na sociedade brasileira. Muitos grupos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e os povos indígenas, cada um a seu modo e com finalidade particulares, reivindicam seu direito à um local para morar, no qual possam usufruir e ter uma vida digna. Existem órgãos ligados à Igreja que ainda atuam em questões de cunho social, a exemplo da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e as próprias CEBs. A partir do estudo da história do assentamento “Novas Vidas”, será possível refletir sobre a temática da luta pela terra, entendendo o papel dos órgãos e movimentos ligados à Igreja no passado, possibilitando o levantamento de questionamentos acerca do quanto esses grupos ainda são capazes de mobilizar e articular pessoas em prol de lutas por direitos, nesse caso, pelo direito à terra.

## 5. REFERENCIAL TEÓRICO

Para se compreender a ligação das CEBs com a transformação social, é importante entender a relação que se gerou entre TL e Marxismo. Há um conjunto de conceitos que os teólogos da libertação tomaram emprestados dos marxistas e adaptaram a partir de sua cultura religiosa e da situação concreta presente na América Latina.

Tentando compreender essa relação entre teólogos da libertação e o pensamento de Karl Marx, é importante apontar que essa vinculação “não foi resultado de nenhuma conspiração, estratégia, tática, infiltração ou manobra por parte de comunistas, marxistas, gramscistas ou leninistas, e sim uma evolução interna da própria Igreja e originando-se de sua própria cultura e tradição.” (LÖWY, 2000, p.114). Ao se compreender essa questão é possível caminhar para o entendimento de fato das condições sociais que levaram formulação de uma teologia com aspectos de análise marxista.

A questão da pobreza é uma preocupação milenar da Igreja, amparada nos ideais evangélicos da Bíblia, porém a relação na prática, pensando a Doutrina Social da Igreja, é a de uma atitude paternalista em relação aos mais necessitados. Como aponta Neves

Essa concepção de caridade podemos encontrar em várias passagens da Bíblia, e a Igreja Católica, em virtude de sua hegemonia em nossa sociedade, difundiu-a por meio de um discurso repetitivo e moral, objetivando o equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais, evitando assim, o perigo de conflitos e revoltas daqueles que se encontram na miséria. ( 2006, p.327)

Já a proposta pensada pelos teólogos da libertação diz respeito a de fato uma libertação dos pobres, no sentido de que “a palavra *libertação* (grifo do autor) [...] ajuda a comunidade a passar de uma consciência reformista para a consciência da transformação social, da modificação do modo de produção capitalista.” (BETTO, 1985, p. 24).

Karl Marx, em sua análise do sistema capitalista, aponta que essa estrutura é responsável pela opressão dos trabalhadores e afirma que ” O proletariado, a camada mais baixa da sociedade atual, não pode erguer-se, apumar-se, sem que vá para os ares toda a superestrutura dos estamentos que formam a sociedade oficial. ” (MARX & ENGELS, 1998, p. 19).

A forma assistencialista de lidar com a pobreza, proposta pela doutrina social da Igreja, não impediu que os teólogos da libertação desenvolvessem esse novo pensamento e, nesse sentido, podemos perceber uma crítica à realidade de opressão capitalista, numa ótica marxista, que os teólogos da libertação tomaram em suas análises da sociedade. É possível estabelecer uma certa correspondência dos proletários de Marx com os pobres da teologia da

libertação. Em ambos os casos há uma necessidade de uma emancipação social no sentido de agir em caráter protagonista do processo. Marx afirma

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, membro de corporação e oficial-artesão, em síntese, opressores e oprimidos estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora dissimulada, ora aberta, que a cada vez terminava com uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com a derrocada comum das classes em luta. (MARX & ENGELS, 1998, p. 7-8)

Essa fala do pensador alemão esboça o que ele chama de *luta de classes*. Seria a ideia de um conflito inerente ao sistema capitalista entre duas classes: burgueses e proletários<sup>12</sup>. Essa tensão seria a condutora da dinâmica social e permitiria um certo entendimento do sistema capitalista.

Outros aspectos referentes as semelhanças que existem entre o pensamento marxista e a TL diz respeito à: uma ideia de *universalismo* que se fundamenta na não distinção de classes, grupos étnicos ou divisões geográficas; uma espécie de valorização da vivência em *comunidade*, no sentido da partilha; e como vimos anteriormente, *uma crítica do capitalismo das doutrinas do liberalismo econômico*.<sup>13</sup> Como afirma Löwy

Com base em certas analogias, certas afinidades, certas correspondências, duas estruturas culturais podem – em determinadas circunstâncias históricas – entrar em um relacionamento de atração, de escolha, de seleção mútua. Esse não é um processo unilateral de influência e sim uma interação dialética e dinâmica que, em alguns casos, pode levar à simbiose ou mesmo à fusão. (2000, p.116)

Podemos então observar essa realidade concreta a partir da situação social da América Latina nas décadas de 60 e 70. O próprio pensamento marxista estava em alta, inspirando, de certa forma, a organização de governos na Europa e na Ásia. Em termos de continente americano, temos o triunfo da Revolução Cubana, que incentivou os anseios para a consolidação de um ideal de busca pela liberdade e autonomia.

A modernidade é vista como a responsável pela condição de submissão das classes mais pobres e pelo desmanche das relações comunitárias, sendo que nesse sentido, há crítica moral com relação ao sistema capitalista. No pensamento de Marx temos que

A burguesia despojou de sua auréola sagrada todas as atividades até então veneráveis, contempladas com piedoso recato. Ela transformou o médico, o jurista, o clérigo, o poeta, o homem das ciências, em trabalhadores assalariados, pagos por ela. A

---

<sup>12</sup> O conceito de luta de classes foi extraído de: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. **Estudos avançados**, v. 12, n. 34, p. 7-46, 1998.

<sup>13</sup> Todas as informações referentes à semelhanças entre o Marxismo e Teologia da Libertação foram extraídas de: LOWY, Michael. **A guerra dos Deuses: Religião e política na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

burguesia arrancou às relações familiares o seu comovente véu sentimental e as reduziu a pura relação monetária. (1998, p.10)

E em diálogo com essa noção, Löwy discorre que

Para os teólogos da libertação e os agentes de pastorais que trabalham com as comunidades de base, um dos aspectos mais negativos da modernidade urbana/industrial na América Latina – de um ponto de vista social e ético – é a destruição dos elos comunitários tradicionais: populações inteiras estão sendo desarraigadas de seu ambiente rural e comunitário com o desenvolvimento do agrocapitalismo[...]. (2000, p. 100).

Em síntese, podemos perceber como há uma relação no concerne a análise dos teólogos da libertação e o pensamento marxista, de modo a entender o sistema capitalista como responsável por essa perda identitária. Para Boff (1978 apud LÖWY, 2000, p.101-102) a sociedade moderna “produziu uma atomização da existência e uma anonimidade geral de todas as pessoas”. Um outro ponto no qual se pode refletir diz respeito a questão da supervalorização do mercado em detrimento da dignidade das pessoas e de sua situação. Os teólogos da libertação entendem a pobreza como um *pecado estrutural* da sociedade a ser combatido por meio de uma práxis transformadora. É importante também evidenciar que alguns setores da Igreja, já na década de 60 começaram a desenvolver uma crítica em relação ao sistema, e nesse sentido, temos que “entre os bispos progressistas, a desilusão levou ao desejo por uma transformação radical.” (MAINWARING, 2004, p. 252).

Marx afirma que o antagonismo de classes será vencido pela tomada de poder pelos proletários entendendo que “a revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações de propriedade tradicionais; não admira que no curso de seu desenvolvimento se rompa de maneira a mais radical com as ideias tradicionais.” (MARX & ENGELS, 1998, p.28). Seguindo essa lógica chegaríamos à uma sociedade sem classes onde todos os meios de produção estariam socializados e todos participariam como iguais. Já para os teólogos da libertação, a luta pela emancipação social seria o caráter da ação Divina na história, entendendo esse processo como antecipação do *Reino de Deus*. Essa ideia é muito bem traduzida na fala de Frei Betto quando ele afirma que

A salvação não é alguma coisa que se restrinja ao outro mundo ou a outra vida. Ela começa a se efetuar aqui, onde o Reino de Deus já se fez presente em Jesus e permanece entre os povos. No tecido da história, a salvação de Deus se traduz em libertação dos homens. Não basta uma libertação pessoal e interior do homem que não transforme as estruturas eivadas de pecado em que ele vive e pelas quais se sente condicionado. Por isso, esta libertação tem necessariamente um alcance político, dentro de um contexto econômico e social. (BETTO,1985, p. 14)

Podemos então perceber que há uma similaridade entre as duas propostas no sentido de propor uma utopia em que se imperam valores como justiça, partilha, igualdade o que seria, em suma, a superação do sistema capitalista.

Essa discussão teórica acerca da TL e do Marxismo se torna fundamental para se perceber que muitos religiosos e leigos da Igreja, em maior ou menor grau, também se identificam com o pensamento de Marx

Como a maioria dos marxistas e socialistas os intelectuais da Igreja popular acreditam que as transformações estruturais sejam necessárias para se criar uma sociedade justa e fazem críticas em relação ao capitalismo autoritário dependente. Os católicos progressistas na Europa e na América Latina também simpatizam com os ideais (que nem sempre correspondem à realidade) de regimes socialistas participativos. (MAINWARING, 2004, p. 253)

Essa relação entre marxismo e Igreja católica se torna tão materializada que ocorre a criação de um movimento chamado de *Cristãos para o Socialismo*, no seio da América Latina, sendo que “esse movimento ecumênico, composto de católicos e protestantes, representou a forma mais radical da Teologia da Libertação, chegando ao extremo de tentar elaborar uma síntese entre marxismo e cristianismo.” (LÖWY, 2000, p. 80).

Apesar do caráter um tanto semelhante dos ideais cristãos com o pensamento marxista, há sem dúvida, grandes diferenças no que concerne ao entendimento de algumas questões. A emancipação social é pensada de formas distintas, pois “Lenin desprezava as práticas e a conscientização populares como limitadas a uma perspectiva reformista. Argumentou que um partido de vanguarda precisa criar as condições necessárias para a revolução e para conduzir as massas a rebelião.” (MAINWARING, 2004, p. 254). Frei Betto se contrapõe a essa ideia ao dizer que

Os vanguardistas, convencidos de que a “ciência” que liberta se elabora fora do povo para depois ser introjetada como quem aplica uma injeção, acreditam mais nas próprias ideias do que na prática testada e avaliada em comunidade. [...] do alto de seu elitismo esta tendência é incapaz de perceber, por trás do discurso verbalmente limitado do povo, toda uma riqueza de linguagem que se exprime de vários modos. (1985, p. 44).

Nesse sentido, a relação da Teologia da Libertação com o Marxismo, passa por uma dinâmica de empréstimos, trocas, hibridismos, bem como tensões e impasses, principalmente quando se trata do clero progressista. O fato é que na América Latina há sem dúvida uma experiência singular no que concerne a essa temática.

## 6. METODOLOGIA

Para este projeto inicial foram utilizadas apenas fontes bibliográficas, como meio para se construir uma discussão e um ordenamento de alguns acontecimentos pertinentes a temática deste estudo. A pesquisa posterior terá uma abordagem qualitativa como condutora do processo investigativo, com ênfase na História Oral como meio de entender as perspectivas de quem vivenciou todo ou parte do processo. Somada a utilização da História Oral, também será feita uma busca de informações no livro de tomo da paróquia de Palmácia como forma de se obter dados referentes a algumas ações mais pontuais ou que sejam pertinentes à temática estudada.

É sabido há algum tempo, que diversos profissionais dos ramos das ciências humanas e sociais vêm utilizando a História Oral como técnica para suas pesquisas. Outro fato importante é que outros tantos estudiosos, de diversas áreas, discutem sua importância, necessidade e até mesmo se essa técnica possui de fato validade para a produção de conhecimento científico.

Historicamente, havia entre a comunidade científica um certo estigma e receio quanto a utilização da História Oral nas pesquisas. O motivo desse estigma seria basicamente pelo fato de se acreditar que a utilização desse caminho estaria dando abertura para emoções que iriam interferir na pesquisa de modo a condicionar os dados. Havia entre os pesquisadores uma supervalorização do uso de questionários fechados e o trabalho com dados, que segundo eles, estavam acima de qualquer interferência emocional. A situação que se observou não foi bem essa, pois, como aponta Queiroz (1987, p. 2)

Pouco a pouco se percebeu, no entanto, que valores e emoções permaneciam escondidos nos próprios dados estatísticos, já que as definições das finalidades da pesquisa e a formulação das perguntas estavam profundamente ligadas a maneira de pensar e sentir do pesquisador, o qual transpunha assim para os dados, de maneira perigosa porque invisível, sua própria percepção e preconceitos.

Nesse sentido, a História Oral tem sim um caráter subjetivo e na verdade esse aspecto é fundamental para se pensar perspectivas diversas na temática de pesquisa. Não é possível trabalhar com pessoas, e imaginar que não haverá condicionamentos nas respostas, subjetivismos na escolha das palavras e na condução da conversa. Eis, talvez, um ponto positivo de direcionar o trabalho por esse caminho, pois, a partir de expressões no ato da entrevista como, por exemplo, uma mudança de olhar ou na tonalidade da voz, pode ser possível captar aspectos que então seriam perdidos em uma situação de utilização de um questionário padrão. Pensando sob essa ótica, a opção pela utilização da História Oral se dá pelo fato de ser

necessário entender, não apenas o fato em si, mas também perceber as impressões que permearam toda a questão referente ao processo de participação das pessoas de Palmácia, na luta pelo direito a terra e criação do assentamento.

Deve ser importante, diante do tema e das questões que o pesquisador se coloca, estudar as versões que os entrevistados fornecem acerca do objeto de análise. Assim, uma pesquisa de história oral pressupõe sempre a pertinência da pergunta “como os entrevistados viam e veem o tema em questão? ”. Ou: “ O que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava (e ocupa) no contexto histórico e cultural dado”. (ALBERTI, 2005, p. 30).

A própria temática das CEBs demanda um estudo que esteja mais ligado à questão do subjetivo e do narrado, uma vez que muitas comunidades não tem um relato escrito acerca de suas ações, e mesmo que tenham feito na época, acabaram por perder ao longo do tempo. Nesse sentido, serão elencadas algumas pessoas para que sejam realizadas entrevistas abertas com o intuito de se ter uma noção da visão desses agentes sobre os fatos que ocasionaram todo o desenrolar desse episódio de conflito. Como escreveu Alberti (2005, p. 31) “ a escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa”. Nessa lógica, será pertinente entrevistar lideranças do assentamento, pessoas que participaram das comunidades eclesiais de base e ainda, caso haja, padres que tiveram contato ou ouviram falar a respeito do episódio abordado pela pesquisa.

A questão do uso de entrevistas, como já expresse anteriormente, parte da busca por uma maior profundidade acerca do tema estudado, no sentido, de captar mais informações através da flexibilização e observação do que será dito pelos entrevistados, percebendo também e principalmente, aspectos como emoções presente na fala e em expressões corporais. É necessário, tomar-se cuidado na entrevista para que a pessoa que é entrevistada, não se sinta de alguma forma, intimidada ou coagida pelo pesquisador, afinal “uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos. [...] O pesquisador de campo[...] tem um objetivo amparado em igualdade, como condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informações menos tendenciosas. ” (PORTELLI, 1997, p.9).

## 7. REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral – 3. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

APRECE. Palmácia. Disponível em: < <http://aprece.org.br/blog/municipio/palmacia/> > Acesso em 26 de setembro de 2017.

BASCHET, Gerôme. **A Civilização Feudal: Do Ano Mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. Abril Cultural, 1985.

CEBs do Brasil. Memória da Intereclesiais. Disponível em: <<http://www.cebsdobrasil.com.br/intereclesiais/>> Acesso em 25 de setembro.

Censo demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: < [https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag\\_203\\_Religi%C3%A3o\\_Evang\\_miss%C3%A3o\\_Evang\\_pentecostal\\_Evang\\_nao%20determinada\\_Diversidade%20cultural.pdf](https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag_203_Religi%C3%A3o_Evang_miss%C3%A3o_Evang_pentecostal_Evang_nao%20determinada_Diversidade%20cultural.pdf) > Acesso em 16 de setembro de 2017

COSTA, Fabrício Roberto; ZANGELMI, Arnaldo José; SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação: algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual. **Revista Intratextos**, v. 2, n. 1, p. 33-50, 2011. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/1759> > Acesso em 12 de julho de 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST-MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA-BRASIL. **Revista Nera**, n. 1, 2012. Disponível em: < <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1495-4357-1-PB.PDF> > Acesso em 06 de agosto de 2017

LÖWY, Michael. A guerra dos deuses. **Religião e política na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott; DE OLIVEIRA PRIETO, Heloisa Braz. **A Igreja católica e a política no Brasil, 1916-1985**. Ed. brasiliense, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. **Estudos avançados**, v. 12, n. 34, p. 7-46, 1998.

MENEZES NETO, Antonio Julio. A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno CRH**, v. 20, n. 50, p. 331-341, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v20n50/v20n50a10.pdf> > Acesso em 05 de julho de 2017.

NEVES DA SILVA, Claudia. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**, v. 8, n. 15, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a12v8n15.pdf> > Acesso em 14 de outubro de 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015)> Acesso em 03 de agosto de 2017.

PORTELI, A. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 7-24, 1997. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11231/8239>> Acesso em 15 de agosto de 2017  
 Prefeitura Municipal de Palmácia. História. Disponível em: < <http://palmacia.ce.gov.br/>> Acesso em 26 de setembro de 2017.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de et al. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. VON SIMSON, OM (org. e intr.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v. 5, p. 68-80, 1988. Disponível em: < [www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task)> Acesso em 20 de agosto de 2017

SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. As Comunidades Eclesiais de Base no Brasil: um balanço historiográfico. MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (Orgs.). **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história**. Disponível em: <[http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/reinaldo\\_azevedo\\_schiavo.pdf](http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/reinaldo_azevedo_schiavo.pdf)> Acesso 22 de julho de 2017.

SEMERARO, Giovanni. **A esquerda católica do Brasil: formação na prática político-educativa e no horizonte teórico dos anos 1959-1964**. 1991. Tese de Doutorado. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9415>> Acesso em 22 de agosto de 2017.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. **Estudos avançados**, v. 18, n. 52, p. 77-95, 2004. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300007)> Acesso em 29 de julho de 2017.